

ANTONIO
UPDATE
apresenta



Im.pulsa: Mulheres e Justiça Climática

LIVRETO

Realização
 im.pulsa

Índice

1.0 que é Justiça Climática?

04

2. Mulheres na Política pela Justiça Climática

07

3. Como usar as cartas “Im.pulsa – Mulheres e Justiça Climática”

12

4. Ficha Técnica

15

26



1. O que é Justiça Climática?

(Por Rianna de Carvalho e Helena Portilho)

A Justiça Climática é um aspecto dos Direitos Humanos nas negociações para enfrentar a crise climática. Esse conceito, chave para entender que **a crise climática não afeta todas as pessoas e comunidades de maneira igual**, leva em consideração a interseccionalidade para a tomada de decisões políticas no âmbito nacional e internacional.

É essencial compreender a complexidade das desigualdades sociais e como a crise climática intensifica esses desafios. Considerando o contexto das relações internacionais, consiste também numa camada de **reparação histórica para os países que foram explorados social e economicamente por outras nações.**

As pessoas, famílias e grupos sociais que mais se beneficiam da manutenção dos ciclos de exploração e desigualdade são também as mais bem amparadas em condições socioeconômicas e, portanto, mais privilegiadas no enfrentamento das crises. Do outro lado, estão pessoas que sempre lutaram pela sobrevivência e que pouco têm responsabilidade nas atividades exploratórias que nos trouxeram ao ponto crítico em que nos encontramos, mas que acabam sendo os grupos sociais mais expostos e vulneráveis diante de eventos climáticos extremos.

É dessa forma que a desigualdade social se amplia frente aos desafios de adaptação climática.

A crise climática e outros problemas ambientais não podem mais ser vistos apenas como uma especulação, pois os perigos que oferecem já são evidentes. A luta pela Justiça Climática é a luta pelo fim de diversos problemas sociais, como as desigualdades e as violências, que dificultam o acesso de certas parcelas da população às **condições básicas para uma vida digna, como direito à terra, acesso à alimentação saudável, saúde e educação.**



O combate às **Injustiças Climáticas e ao Racismo Ambiental** exige uma série de medidas objetivas, muito bem contextualizadas e localizadas, levando em consideração as capacidades e necessidades locais, passíveis de responder às especificidades de cada situação.

Por isso, **é tão importante que essas pautas estejam presentes nas legislaturas municipais.**

De acordo com o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em agosto de 2021, Recife/PE é a capital brasileira mais afetada pelas mudanças climáticas, estando no 16º lugar no ranking de cidades mais ameaçadas do mundo. Na lista também estão presentes Rio de Janeiro/RJ e Santos/SP.

Neste ano de 2024, pudemos observar **consequências concretas dessas mudanças, como o aumento da temperatura média de muitas cidades, ondas de calor, secas, incêndios florestais, chuvas intensas, alteração do nível de rios, enchentes** etc. Esses problemas não afetam apenas os grandes centros urbanos, mas também as áreas rurais e cidades de todos os tamanhos.

A luta contra os desastres climáticos e os esforços para mitigá-los e nos adaptarmos a algumas das mudanças que já são irreversíveis precisa ser coletiva. De forma mais prática, **faz-se necessária a criação de planos municipais de ação climática, monitoração de áreas de risco, desenvolvimento de sistemas de alerta e de estratégias de resiliência.**

Os principais desafios climáticos

As pautas que compõem a luta pela Justiça Climática e o combate ao Racismo Ambiental – pois **são as pessoas negras e indígenas as mais afetadas** – são múltiplas, perpassando grandes áreas como saúde, alimentação, mobilidade urbana, educação, moradia, saneamento, gestão de resíduos, segurança etc.

É importante pensar que quem está em vulnerabilidade social, também está mais suscetível às vulnerabilidades climáticas e que, por isso, **as pautas desses grupos da sociedade precisam ter relevância.**



Destacam-se lutas como a do **combate à fome e expansão do acesso a uma alimentação saudável** e em direção a soberania e segurança alimentar e nutricional; **educação popular e antirracista**; **organização coletiva de base e assistência social**; mas também **planos de arborização nas periferias**; estratégias de **descarbonização que levem em conta a consulta às comunidades**; incentivo à **compostagem** (que fixa carbono no solo); melhor **gestão de resíduos sólidos urbanos**; **transição energética popular**; medidas para **demarcação de terras indígenas e quilombolas**; incentivo à **reforma agrária**, buscando defender o povo e a terra onde esse povo habita.

As pessoas mais afetadas

As mais afetadas pelas mudanças climáticas são as parcelas vulnerabilizadas da população, comunidades tradicionais e outros sujeitos historicamente minorizados. São indivíduos e famílias que enfrentam existências mais precárias por sofrerem maior exposição à violência civil e estatal, exposição a fatores de risco, às doenças e a desastres socioambientais.

Podemos nomear alguns desses sujeitos: **crianças, idosos, mulheres, pessoas empobrecidas, pessoas em situação de rua, moradores de favelas/periferias, pessoas LGBTQIA+, pessoas racializadas, membros de comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas neurodivergentes, pessoas imunossuprimidas, entre outros.**

Saiba mais:

**DICIONÁRIO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA
A AGENDA MUNICIPAL**

<https://www.impulsa.voto/topics/causas/>





2. Mulheres na Política pela Justiça Climática

(Por Rianna de Carvalho, Helena Portilho e Dany Fioravanti)

Porque precisamos de representatividade?

Representatividade. Não podemos esvaziar o sentido dessa palavra. Na democracia, entre princípios como transparência, fiscalização e múltiplos partidos, há também a representatividade. Assim, **é importante que nossos representantes sejam reflexo da diversidade da sociedade** em termos de gênero, etnia-raça, classe social, idade, entre outros aspectos.

Apesar de as mulheres serem a maioria no país, essa realidade não é replicada no ambiente político.

O voto feminino e a elegibilidade das mulheres foram instituídos no Brasil por meio do Código Eleitoral de 1932, sendo que a primeira eleição significativa após a independência do Brasil e com maior participação popular foi a eleição de 1891. **Passaram-se mais de 40 anos até que as mulheres conquistassem o direito à participação política!**

Em 1928, no Rio Grande do Norte, **Alzira Soriano** foi a primeira mulher eleita Prefeita, não só do Brasil como da América Latina. Já a primeira Deputada Federal eleita foi **Carlota Pereira de Queirós** pelo estado de São Paulo, nas eleições de 1934. No mesmo ano, **Antonieta de Barros** foi a primeira mulher negra eleita, como Deputada Estadual, em Santa Catarina. As três foram **símbolo da luta pela igualdade de gênero e conquista de direitos das mulheres.**

Em 2020, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, foram eleitas **651 prefeitas** (equivalente a 12,1% do total de eleitos) e **4.750 prefeitos** (equivalente a 87,9%). Para compor as Câmaras Municipais, foram **9.196 vereadoras eleitas** (16%) em contraste com **48.265 vereadores** (84%). **Por quantos anos ainda vamos tolerar uma política feita por homens e para homens?**



Segundo a Pesquisa +Representatividade, realizada pelo Instituto Update no contexto das eleições de 2022, **87% da população brasileira está insatisfeita com o grau de representação de mulheres e pessoas negras no Congresso Nacional**. A pesquisa revela que o eleitorado demonstra preferência por candidatas mulheres, pessoas negras e indígenas, ainda que essa preferência nem sempre se traduza no voto para esses grupos, pois outros fatores, como a ideologia e a fonte de apoio das candidatas e candidatos, são mais importantes na hora da escolha do voto.

A pesquisa revela, ainda, que **o eleitorado espera que as mulheres foquem sua atuação política em pautas relacionadas a aspectos considerados como femininos**, mas fundamentais a sociedade, como **saúde, educação e violência contra a mulher**.

Para escrever esse material, investigamos a atuação política de muitas vereadoras no Brasil, e percebemos essa **demanda por direitos básicos para as mulheres refletida em suas agendas e proposições**. Enquanto isso, os homens se dedicam a legislar sobre outras pautas: estratégicas, econômicas, industriais etc.

Para Ingrid Farias, do Instituto Update, o envolvimento e participação política de mulheres, pessoas negras e indígenas e LGBTQIA+ é fundamental no processo de formulação de políticas públicas e programas, que efetivem soluções mais inclusivas, equitativas e eficientes para as adaptações climáticas.



“É curioso, porque eu sou travesti, porque sou transexual, a sociedade quer me limitar ao debate especificamente LGBT. Carrego no corpo a agenda LGBT, mas sou professora. Dou aulas há mais de 20 anos, então nossa pauta principal é a educação, junto com a questão ambiental, sou ambientalista.”

– Duda Salabert, Deputada Federal pelo estado de Minas Gerais



Precisamos das mulheres – e todas as mulheres – em todos os lugares, debatendo as diversas pautas que impactam nossas vidas e estruturas sociais de forma transversal. E **precisamos de mulheres populares, negras, indígenas e LGBTQIA+, comprometidas com a justiça climática**, ou seja, que entendam os impactos desiguais da mudança do clima e sejam **capazes de propor soluções conectadas com os territórios e grupos mais afetados**.

Saiba mais:

+REPRESENTATIVIDADE: UM ESTUDO DA DIVERSIDADE NAS ELEIÇÕES 2022

<https://www.impulsa.voto/topics/causas/>





A Atuação Política das Mulheres



“A reivindicação das mulheres, população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais por justiça climática é parte da luta por uma nova democracia, que seja completa e chegue à vida de todas e todos.” – Ingrid Farias, Diretoras de Articulação e Parcerias do Instituto Update

O que um dos maiores desastres climáticos vividos pelo Brasil nos ensina? Quantas vidas, em primeiro lugar, mas também moradias, escolas, hospitais e empregos poderiam ter sido salvos se tivéssemos mais parlamentares investindo e pautando as adaptações climáticas?

A pesquisa “Global Views On Climate Change”, realizada pela Ipsos para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – COP28, indica que **o Brasil está entre os países onde a população está mais insegura com relação às mudanças climáticas.**

85% das pessoas entrevistadas acreditam que os impactos das mudanças climáticas no país serão ainda piores nos próximos 10 anos – bem acima da média global que é de 71%.

No entanto, uma pesquisa realizada pela Purpose nas últimas eleições municipais (2020), demonstrou que quando a população é perguntada sobre os principais problemas do município, problemas ligados à destruição do meio ambiente ou às mudanças climáticas, não apareciam entre os mais citados. **As pessoas estão preocupadas com saúde, educação, segurança pública, empregos e saneamento básico.**

Por outro lado, as enchentes do Rio Grande do Sul, assim como as secas na Amazônia, os incêndios no Pantanal, o desmatamento no Cerrado e as ondas de calor por todo o país nos mostra como **a Justiça Climática atravessa todas essas pautas emergenciais para a população e é urgência de conectá-las no debate eleitoral.**



Chama a atenção o **engajamento e o protagonismo de mulheres em lutas socioambientais**. É evidente que, tanto a nível local quanto nacional e internacional, nós temos um papel fundamental na luta pela Justiça Ambiental e Climática. Sentimos na pele os impactos das mudanças climáticas e são nossas as campanhas eleitorais que têm colocado essa agenda no centro da política.

É cada vez mais urgente que saibamos como nos comunicar com o eleitorado e transformar a Justiça Climática em votos.

Estão chegando as Eleições Municipais de 2024, previstas para acontecerem no mês de outubro. É mais uma oportunidade para nos perguntarmos (e respondermos) sobre quais são os motivos da sub-representação de mulheres nos cargos legislativos.

É importante **aumentar a presença de mulheres nos parlamentos**, fazendo com que mais candidatas representantes das periferias, de povos e de comunidades tradicionais, **preocupadas em fortalecer a luta social e ecológica em busca de Justiça Climática** ganhem papel ativo dentro da política institucional.

Com o objetivo de engajar novas candidaturas de mulheres e apoiar suas presenças nas casas legislativas de municípios de todas as regiões do Brasil, reunimos **trajetórias, planos e propostas de mulheres que já foram eleitas ou muito bem votadas** em eleições passadas.

São lideranças com diferentes perfis, que fazem partes de diferentes lutas e que mobilizam estudantes, trabalhadores, pessoas racializadas, pessoas LGBTQIA+ e outras parcelas estigmatizadas tanto socialmente quanto no âmbito das discussões de políticas públicas. Lideranças que mobilizam debates invisibilizados e que precisam ganhar maior força e projeção no momento da construção de **Políticas e Projetos de Lei**.



3. Como usar as cartas

“ Im.pulsa — Mulheres e Justiça Climática ”

A primeira edição das **Cartas “Im.pulsa – Mulheres e Justiça Climática”** foi criada para inspirar uma política climática mais justa e representativa.

Pesquisamos o que as **mulheres, lideranças e parlamentares progressistas**, de diferentes regiões do Brasil estão propondo para a pauta climática.

Nas cartas você encontra algumas informações sobre essas mulheres:

1. Breve descrição da trajetória
2. Um pensamento sobre Justiça Climática e política
3. Principais propostas e projetos de lei climáticos

As cartas funcionam como uma primeira provocação para conhecermos o trabalho que está sendo realizado. Sugerimos que você **busque mais informações e acompanhe o trabalho legislativo dessas mulheres** nos sites das Câmaras Municipais ou da Câmara Federal e, também, em suas redes sociais.

Redes Sociais das Lideranças (em ordem alfabética)	
@bancadamulheresamazonidas	@katiamariaon
@beatrizcaminha	@lucilenekalunga
@brisabracchi13	@eulumamenezes
@carla.ayres13	@maria.leticiaf
@caroldartora13	@tainadepaularj
@cidaramosm	@vandawitoto
@dudasalabert	@vivireispsol
@izabellavicente	



Indique mais mulheres

Buscamos mulheres diversas, **especialmente mulheres negras e indígenas comprometidas com a agenda climática nos municípios**, mas também mulheres que estão atuando no Congresso Federal.

Nem todas as mulheres que contatamos nos responderam a tempo para a publicação das cartas e, não temos dúvidas, que **há mais mulheres trabalhando pela Justiça Climática em todo o Brasil**.

Por isso disponibilizamos um formulário para **inscrição e indicação colaborativa** de novas mulheres para futuras edições das cartas e publicações da Im.pulsa sobre Justiça Climática.

Indique aqui mulheres que estão trabalhando por uma política climática mais justa e representativa

<https://www.impulsa.voto/topics/causas/>





Veja também

Sites da Câmaras Municipais para consulta sobre os PLs (em ordem alfabética)

Alagoinhas – www.amaradealagoinhas.ba.gov.br

Belém – www.cmb.pa.gov.br

Curitiba – www.curitiba.pr.leg.br

Florianópolis – www.cmf.sc.gov.br

Goiânia – www.goiania.go.leg.br

Macaé – www.cmmacae.rj.gov.br

Natal – www.cmnat.rn.gov.br

Rio de Janeiro – www.camara.rio

Sites das Assembleias Legislativas Estaduais para consulta sobre os PLs (em ordem alfabética)

Paraíba – www.al.pb.leg.br

Sites do Congresso Nacional para consulta de PLs

Câmara dos Deputados (e Deputadas) – www.camara.leg.br

Senado Federal – www12.senado.leg.br/hpsenado

Congresso Nacional – www.congressonacional.leg.br



4. Ficha Técnica

Pesquisa e Desenvolvimento das Cartas:

Dany Fioravanti

Helena Portilho

Ludmila Pereira

Rianna de Carvalho

Coordenação e Revisão:

Dany Fioravanti

Design Gráfico:

Karine Costa Ribeiro

Equipe Instituto Update 2024:

Alejandra Parra

Carol Althaller

Dany Fioravanti

Ingrid Farias

Nadja Aguiar

Suane Barreirinhas



Sobre as autoras



Dany Fioravanti é da periferia de São Paulo/SP, e atualmente, mora no Rio de Janeiro/RJ. É comunicadora e ativista, com 15 anos de experiência em causas como educação ambiental, igualdade de gênero e raça e superação da pobreza. Trabalhou em projetos sociais no Brasil e no Equador. Foi Assessora de Comunicação na Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher da Cidade do Rio e, atualmente é coordenadora da Im.pulsa e Gerente de Comunicação do Instituto Update. Dany também é especialista em Políticas do Cuidado com perspectiva de gênero pelo CLACSO.



Helena Portilho é natural de Jaboatão dos Guararapes/PE. É formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco e atua como comunicadora pela regeneração. Aos 26 anos, acredita nas conexões para criar futuros possíveis mais justos, amorosos, inclusivos e sustentáveis. Já atuou em comunicação e gestão de projetos de impacto socioambiental junto a organizações como Sistema B Brasil, Plataforma Global do Café, Imaflora e Instituto de Pesquisas Ecológicas. Também faz parte da rede Global Shapers e é fellow na Youth Climate Leaders.



Sobre as autoras



Ludmila Almeida é uma jornalista afrocerradeira, descendente de quilombolas do povoado de Santo Antônio da Lagura (Barro Alto – GO). É mestra em Comunicação, doutora em Letras e atualmente pós-doutoranda em História. Sua dedicação aos direitos humanos rendeu-lhe o 1º lugar no Prêmio Dom Tomás Balduino de Direitos Humanos em 2022 e 2023, na categoria Web. Além disso, sua habilidade como fotógrafa foi reconhecida ao vencer o Concurso Fotográfico do Fundo Brasil 2023 – Construindo Futuros Coletivos, na categoria de projetos apoiados. Integra a Articulação de Mulheres do Cerrado e a Coletiva Pretas de Angola.



Rianna de Carvalho é potiguar e atua como pesquisadora, consultora, editora e tradutora. É mestra e doutora em Antropologia Social e bacharela em Ciências Sociais, com experiência em projetos e pesquisas que tratam de temas como sustentabilidade, justiça climática, gestão de resíduos sólidos urbanos, compostagem, agricultura familiar, segurança e soberania alimentar e nutricional, políticas públicas, educação popular e equidade de gênero. Faz parte do Mãos Solidárias/RN e é militante da Brigada Urbana Kamila Ambrósio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Sobre o Instituto Update: uma organização que atua para fortalecer iniciativas e potencializar práticas inovadoras que nascem da imaginação política das mulheres populares, negras, indígenas e LBTQIA+.

Sobre a Im.pulsa: comunidade e plataforma de aprendizagem política, plural, aberta e gratuita dedicada a que mulheres diversas entrem e permaneçam na política institucional latino-americana. Uma iniciativa do Instituto Update e da ONG Elas No Poder.

Todos os materiais desta cartilha e muito mais estão disponíveis na plataforma Im.pulsa.

Entre e saiba mais

www.impulsa.voto

INSTITUTO

UPDATE



@institutoupdate | @impulsa.voto



INSTITUTO

UPDATE



im.pulsa